

serviço no mínimo igual ao do objeto do preção
contraria esse entendimento, por impor às
interessadas condição que extrapola os critérios
razoáveis de seleção, invadindo e ferindo a
competitividade do certame. Disponível em:
<<http://contas.tcu.gov.br/portaertextual/ServletTcuProxy>>. Acesso em: 2 maio 2011.

20. Por pressuposto lógico, tendo em vista que a legislação exige apenas que a prestação de serviço seja assemelhada e que não é lícito fazer exigir comprovação de aptidão em parcela mínima de objeto da obra, chega-se a inarredável conclusão de que o atestado fornecido pela RECORRENTE é válido e autoriza sua habilitação para prosseguir no certame, como ora se requer.

III. DO PEDIDO DE REFORMA DA DECISÃO.

21. Ante os fundamentos de fato e de direito expostos neste, vem a **CONSTRUTORA CIVIL FN LOURO LTDA.-ME**, requerer a V. Exa. seja o presente recurso recebido e provido para o fim de reformar a decisão administrativa proferida pela Comissão Especial de Licitação e considere a recorrente HABILITADA a prosseguir no certame, por ser a medida que se impõe.
22. Na oportunidade, caso V. Sa. entenda necessário, sugere o Recorrente a realização de diligência (visita *in loco*) para comprovação das informações contidas no atestado.

Pede deferimento.


Capelinha, 18 de outubro de 2013.

CONSTRUTORA CIVIL FN LOURO LTDA.-ME

CNPJ nº 07.198.669/0001-89

Jacqueson Teixeira Louro

(representante legal)


JACQUESON TEIXEIRA LOURO
SÓCIO GERENTE